

VERSÃO apresentada à CPI confirma depoimento de Valério à Procuradoria

CONVOCAÇÃO de ex-ministro é defendida pelo relator da comissão

PARLAMENTARES cobram agilidade na entrega de documentos requisitados

Dirceu sabia de empréstimos, diz Renilda na CPI dos Correios



Célio Azeredo



J. Freitas

MARATONA CPI interrogou Renilda por várias horas, mas ela alegou desconhecer os detalhes das operações comerciais e financeiras das empresas que supostamente pagavam o "mensalão"

Páginas 3 a 7



Marcio Mariz

Para Mercadante, CPI deve investigar também o PSDB

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, defendeu ontem investigação rigorosa de todas as denúncias que pesam sobre membros do PT quanto ao recebimento do "mensalão" e ao uso de dinheiro não declarado para financiamento de campanhas políticas. Ele ressaltou que a comissão deve aprofundar, também, o exame de esquemas semelhantes colocados em prática por outros partidos políticos, inclusive o PSDB. Já o senador Eduardo Azeredo, presidente do PSDB, manifestou indignação com reportagem de *O Globo* em que seu nome é associado a empréstimo de R\$ 11,7 milhões obtido pela DNA Propaganda, de Marcos Valério, no Banco Rural, em 1998.

DESMENTIDO Entre Antonio Carlos (E), Sérgio Guerra e Romeu Tuma (de costas), Azeredo nega ajuda de Valério

Páginas 6 e 7



TRISTEZA Decisão de procurador, conforme Antônio Leite, "magoa e revolta" população e torcedores

Antônio Leite registra impasse em campeonato

O futebol ganhou espaço na agenda de ontem do Plenário. O senador Antônio Leite (PMDB-MA) demonstrou preocupação com o impasse no campeonato maranhense, ainda indefinido em virtude de briga judicial.

O parlamentar relatou que a partida final, entre as equipes Moto Clube e Imperatriz, no dia 10, foi interrompida aos 19 minutos do segundo tempo por tumulto que teria sido provocado por jogadores do Moto Clube. Após o incidente, o juiz expulsou quatro integrantes do Moto Clube e dois do Imperatriz. Em seguida, encerrou a partida por número insuficiente de jogadores, consagrando o Imperatriz como campeão de 2005, pois este venceu o jogo.

No dia 22, um procurador da Comissão Disciplinar da Federação Maranhense de Futebol, Willians Dourado Costa, apresentou denúncia contra a decisão e retirou pontos dos dois times. Assim, o Imperatriz pode perder o título. Para o senador, a decisão do procurador "não prima pela transparência".

– Uma análise cuidadosa do problema se faz necessária e servirá para subtrair a sensação de injustiça que magoa e revolta a população e os torcedores.

Maciel destaca ampliação do aeroporto do Recife

■ Obras inauguradas, avalia o senador, vão estimular crescimento econômico e o fluxo turístico no Nordeste

O senador Marco Maciel (PFL-PE) registrou ontem, em Plenário, a inauguração de obras da terceira etapa de ampliação do Aeroporto Internacional de Guararapes Gilberto Freyre, no Recife, em 22 de junho. As melhorias, avalia o parlamentar, vão contribuir para estimular o crescimento econômico, o transporte de cargas e o fluxo turístico na região nordestina.



LIDERANÇA Com 3.800 metros, pista de pouso de Guararapes deve ser a maior do Nordeste, conforme Maciel

– Nesta etapa foram inauguradas obras de melhoria no acesso viário, dois viadutos, um novo sistema de iluminação e trabalhos de urbanização em vias complementares. O aereo-

porto terá pista de pouso com 3.800 metros, talvez a maior do Nordeste. O pátio de estacionamento será ampliado de 14 para 26 posições. Também terá um edifício-garagem com mais de 2 mil vagas e um terminal de passageiros com capacidade para 5 milhões de passageiros/ano – destacou Maciel.

A primeira ampliação do aeroporto foi feita no início dos anos 80, quando Maciel governava o estado. A segunda ocorreu nos anos 90, quando o senador ocupava a Vice-Presidência da República. As obras vêm sendo executadas por meio de parceria entre a Infraero, a Embratur e o governo estadual.

Agenda

Sessão não deliberativa em Plenário

O Plenário promove sessão não deliberativa a partir das 14h. Não haverá votação de projetos, mas estão previstos discursos dos parlamentares e comunicações

da Mesa e das lideranças. Os primeiros oradores inscritos são os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Romeu Tuma (PFL-SP).



CPI dos Correios define cronograma

A CPI Mista dos Correios reúne-se às 10h para reunião administrativa. Além de definir o cronograma das atividades para a próxima semana, os parlamentares vão apreciar

requerimentos para a convocação de novos depoentes, entre os quais o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, citado pela mulher de Marcos Valério na reunião de ontem.

Visite o Senado

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, que começam de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30, nos dias úteis, e entre 10h e 14h, nos fins de semana e feriados.

Perguntas e sugestões

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800-612211, durante 24 horas. As perguntas, sugestões e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

José Agripino questiona refinaria em PE

O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, deve ser solicitado a confirmar a instalação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. Esse é o objetivo de requerimento de informações encaminhado à Mesa, ontem, pelo senador José Agripino (PFL-RN). O parlamentar diz que o anúncio da obra teria sido feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sem levar em conta reivindicações de outros estados nordestinos que também pleiteiam o projeto.

– A disputa entre os estados é legítima, mas o Rio Grande do Norte reúne motivos técnicos para sediar a obra, pois produz 110 mil barris diários de petróleo em terra. Suponho que o presidente tomou a decisão de construir a refinaria em Pernambuco pela necessidade de promover uma agenda positiva. Se confirmada a escolha, isso poderá promover frustrações a médio prazo – avalia.

No requerimento, Agripino questiona quais os critérios técnicos adotados para que a refinaria seja construída em Pernambuco. Também indaga se essa escolha foi precedida de discussão com os representantes dos demais estados.

Suassuna solicita voto de pesar por ex-governador

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou requerimento solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-governador da Paraíba Pedro Moreno Gondim. A proposição foi também assinada pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Advogado, ex-deputado federal e ex-deputado estadual, Gondim faleceu ontem em João Pessoa, aos 92 anos. Quando desempenhava o mandato na Câmara Federal, em 1967, foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos.

O requerimento também solicita a apresentação de condolências à família de Gondim, à Assembleia Legislativa, ao estado da Paraíba e ao município de Alagoa Nova, onde ele nasceu. Suassuna registrou a presença no Plenário de dois netos do ex-governador, do prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego (PMDB), e do deputado estadual Vital do Rego Filho (PDT).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Mulher do publicitário Marcos Valério, Renilda Santiago de Souza tenta mostrar desconhecimento sobre as empresas das quais é sócia e compromete o ex-ministro José Dirceu com o suposto financiamento ao Partido dos Trabalhadores

Renilda diz que Dirceu sabia dos empréstimos

O deputado José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil, tinha conhecimento dos empréstimos efetuados pelas empresas de Marcos Valério Fernandes de Souza supostamente a pedido do então tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares, que serviriam para o pagamento de dívidas de campanha assumidas pelo PT e outros partidos aliados do governo. A informação foi repassada à CPI dos Correios pela mulher do empresário, Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza, em depoimento ocorrido ontem.

Renilda de Souza declarou que, após a divulgação pela mídia do escândalo do "mensalão", perguntou sobre o assunto ao seu marido, que negou ser

o operador do esquema, mas confirmou a realização de empréstimos para o PT. Marcos Valério também teria lhe dito que foram realizadas duas reuniões com José Dirceu para discutir como os supostos empréstimos seriam quitados. Uma em Belo Horizonte, com a direção do Banco Rural, e outra em Brasília, com representantes do banco BMG. Segundo ela, o empresário não participou dos dois encontros.

– Pelo que sei, os empréstimos foram feitos de forma legal e Marcos Valério repassou o dinheiro para Delúbio. O que Delúbio fez com o dinheiro eu não sei. Logo que soube, minha maior preocupação, que se mantém até hoje, é como vamos pagá-los. Meu marido ex-

plicou que fez os empréstimos por uma questão de amizade e por temer ser prejudicado em alguns contratos que mantinha com empresas ligadas ao governo – afirmou Renilda de Souza.

A maioria das perguntas feitas pelos parlamentares ficou sem resposta. Renilda explicou à CPI que, apesar de as empresas DNA, SMP&B e Grafitti estarem em seu nome, não vivia o dia-a-dia delas. Segundo a depoente, Marcos Valério conduzia os negócios amparado por uma procuração com plenos poderes assinada por ela. Além de demonstrar preocupação com o patrimônio da família, Renilda disse temer pela própria integridade física, do marido e dos filhos.



EXPECTATIVA Apesar do esforço de deputados e senadores, mulher de Valério fez questão de mostrar desconhecimento

Evolução do patrimônio foi "devagar"

Apesar de não acompanhar de perto a evolução de seu patrimônio, já que a declaração de Imposto de Renda ficava por conta do contador e do marido, Renilda Santiago de Souza disse, durante depoimento, acreditar que o crescimento dos bens da família foi gradativo e "devagar, ao longo dos anos".

Inquirida pelo relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), se não achava estranho o crescimento espantoso dos bens da família, Renilda voltou a destacar que "não sabe

o valor total do patrimônio". Serraglio lembrou que, em 2002, o patrimônio era de R\$ 3,8 milhões, chegando a R\$ 11 milhões em 2003 e saltando para R\$ 18 milhões em 2004, mas Renilda continuou negando estar a par desses valores.

– Não sei dos investimentos – sustentou.

Delúbio

A mulher de Marcos Valério afirmou também que só conheceu o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e sua mulher, Mônica, em setembro de 2004. O casal foi prestigiar uma prova

de hipismo da qual a filha de Valério e Renilda, Natália, participou. A depoente informou ainda que Marcos Valério conversava bastante ao telefone com Delúbio.

Ela afirmou ainda que só viu Simone Vasconcelos, diretora financeira da SMP&B e acusada de distribuir o "mensalão", duas vezes e que não sabe se ela veio alguma vez a Brasília. Disse também que não conhece David Rodrigues Alves, um dos maiores responsáveis por saques no Banco Rural – junto com Simone.

Fotos: Célio Azevedo



ROTEIRO Renilda, que tentou evitar a CPI, depôs durante várias horas, mas tudo o que disse foi para confirmar o depoimento dado pelo marido

Mulher de Valério nega que tenha movimentado milhões

A mulher e sócia do empresário Marcos Valério de Souza, Renilda Santiago de Souza, negou aos integrantes da CPI dos Correios que tenha movimentado, em um ano, R\$ 4 milhões em uma de suas contas bancárias pessoais. Segundo o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), levantamento feito pelo Banco Central a partir do pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) atestou que, nos anos de 2003 e 2004, foram movimentados cerca de R\$ 10 milhões nas contas

que ela mantém nos bancos Alfa, BankBoston e Banco do Brasil.

– O Marcos Valério era quem controlava tudo, inclusive o saldo das contas. Ele me dizia que os depósitos eram referentes à divisão de lucros das empresas. Eu não saquei esses R\$ 4 milhões em um ano. A conta era conjunta, podia ser movimentada por mim ou por ele. Eu apenas pagava algumas contas domésticas e outras referentes à reforma de nossa casa – afirmou Renilda Santiago de Souza.

Interrogatório de César Borges causa descontrole e lágrimas

Renilda Santiago de Souza chorou durante seu depoimento à CPI dos Correios, ao ser questionada pelo senador César Borges (PFL-BA) se não estaria sendo vítima do marido, o empresário Marcos Valério. O parlamentar observou que Valério, ao não dizer a verdade, teria colocado a mulher na difícil situação de depoente em uma CPI. Ao longo do depoimento, Renilda afirmou várias vezes que está sofrendo de depressão e que é uma mulher "do lar", lamentando ter se posicionado de maneira "muito passiva" no que se refere à gestão das empresas da família.

– Não sabia da existência desses empréstimos, queria que ele (Marcos Valério) entrasse na Justiça pedindo pagamento ao PT – disse, chorando.

César Borges, no entanto,

contabilizou nos últimos dois anos cerca de R\$ 10 milhões em cheques assinados por Renilda. A mulher de Marcos Valério garantiu que os cheques que lança são para pagamento de contas domésticas.

A depoente afirmou também que Marcos Valério colocou "por confiança" a empresa SMP&B no seu nome depois da saída do vice-governador de Minas Gerais, Clésio Andrade, da sociedade.

À senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), Renilda destacou que foi a primeira vez que o marido fez negócios com partidos políticos. Ela assegurou que Marcos Valério fez os empréstimos não para ser beneficiado em futuras licitações e sim para não ser prejudicado em contratos que já possuía com empresas do governo.



Ministro Nelson Jobim determina abertura de inquérito para investigar as empresas do publicitário Marcos Valério, enquanto o deputado Osmar Serraglio, relator da CPI dos Correios, diz que ex-ministro José Dirceu deverá prestar depoimento à comissão

Célio Azevedo



COBRANÇA Delcídio Amaral e Osmar Serraglio (D) reúnem-se na manhã de hoje com representantes do Banco Rural para cobrar maior rapidez

Serraglio defende convocação de José Dirceu pela CPI dos Correios

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), sugeriu ontem que o deputado José Dirceu (PT-SP) seja convocado pela comissão. Para Serraglio, a oitiva de Dirceu tornou-se necessária após a afirmação, pela esposa do publicitário Marcos Valério, Renilda Santiago de Souza, de que o ex-chefe da Casa Civil sabia dos empréstimos que Valério avalizou para o PT junto ao BMG e ao Banco Rural.

O relator lembrou que o requerimento para a convocação de José Dirceu já foi apresentado e deve ser posto em votação. Ele acredita, no entanto, que

a CPI não pode se antepor ao Conselho de Ética da Câmara, no qual Dirceu será ouvido no dia 2 de agosto.

Serraglio classificou o depoimento de Renilda como “muito pouco produtivo”.

– Ela não tinha nada a acrescentar. Acho que não precisaríamos tê-la submetido a uma sessão como essa. Temos meios de obter as informações sem chegar a esse extremo físico. A análise dos documentos deveria ocupar a maior parte do tempo – defendeu.

O presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou acreditar que é preciso levar

em consideração que Renilda atravessa um momento familiar extremamente delicado. Ele salientou que a opinião pública vem criticando os membros da comissão pela forma agressiva como têm tratado os depoentes.

– As pessoas que estão assistindo querem que se apure, mas elas entendem que tem de ser dado um tratamento menos emocional aos que vêm depor. O importante é ter perguntas coerentes, não desestabilizar quem está depondo – disse.

O presidente da CPI comentou a aguardada chegada dos documentos do Supremo Tribu-

nal Federal, que, supostamente, conteriam uma lista de parlamentares que teriam realizado saques nas contas das empresas de Marcos Valério no Banco Rural. A documentação deve chegar hoje. Para o presidente, “é preciso ver para crer”.

Segundo Delcídio, ele e Serraglio se encontrarão na manhã de hoje, no Senado, com representantes do Banco Rural. Os parlamentares deverão reclamar do atraso no envio de documentos à CPI e solicitar a indicação de técnicos para a montagem de equipe destinada a sistematizar as informações de que a comissão necessita.

Ideli espera mais agilidade na recepção de documentos

Em entrevista concedida ontem, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que pedirá à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios que tome medidas para agilizar a recepção de documentos.

Ideli observou que documentos demoram a chegar à comissão e denunciou ainda que dados, especialmente os do Banco Rural, estão vindo desmontados nos anos anteriores a 2003. A senadora acredita que a partir de agora a comissão precisará

se voltar para a análise da documentação, uma vez que os depoimentos “não estão rendendo o esperado” e são pouco produtivos.

O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) também lamentou, em entrevista, a demora no recebimento de documentos pela comissão e afirmou que sugerirá na reunião administrativa de hoje a realização de busca e de apreensão de informações sobre sigilos bancários quebrados nos centros de informática de três bancos:



OBJETIVIDADE Ideli Salvatti acredita que a CPI precisa dar mais atenção à análise dos documentos, pois audiências “não estão rendendo o esperado”

BMG, Rural e BRB. Segundo o deputado, essas informações estão demorando a chegar. A intenção é descobrir a origem

dos recursos que passaram pelas contas do empresário Marcos Valério, acusado de ser o operador do “mensalão”.

Jobim quer investigação de Valério

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, acolheu pedido da Procuradoria Geral da República e determinou a abertura de inquérito para investigar as empresas do publicitário Marcos Valério. A solicitação do procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza, foi feita a partir da constatação de que haveria envolvimento de pessoas que têm direito a foro privilegiado.

Os documentos analisados pelo procurador foram, inicialmente, encaminhados ao Supremo pelo juiz Jorge de Macedo Costa, da 4ª Vara da Justiça Federal, em Belo Horizonte. Além de estabelecer a abertura de inquérito, Jobim acolheu outro pedido do procurador e determinou a realização de investigações pela Polícia Federal. Os documentos necessários à realização do trabalho serão encaminhados à PF.

Diligências

A Polícia Federal deverá se ater, exclusivamente, às diligências requeridas e deferidas nos autos do inquérito. Conheça as principais diligências pedidas e concedidas:

- a quebra do sigilo bancário das empresas DNA Propaganda Ltda. e SMP&B Comunicação Ltda., desde janeiro de 1998 até a presente data;
- a autorização para compartilhamento de todas as informações bancárias já obtidas pela CPI dos Correios, para análise em conjunto com os dados constantes desses autos;
- a análise da documentação apreendida nos autos, com a identificação das pessoas cujos nomes constam das anotações da agenda de Fernanda Karina, ex-secretária da SMP&B;
- a identificação dos agentes públicos, inclusive parlamentares, signatários dos recibos que constam dos autos;
- a identificação e a qualificação de todas as pessoas, físicas e jurídicas, que constam dos documentos juntados aos autos;
- a identificação da existência de agentes públicos nos registros de entrada e saída.



Comissão que investiga envolvimento do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz com bingos toma série de depoimentos na próxima semana, incluindo dirigentes de multinacional

CPI dos Bingos ouve empresário do jogo e ex-secretário de Segurança



APLAUSO Mão Santa (foto) elogia artigo em que Renan exalta atuação da Casa

Mão Santa destaca papel do Senado

Ao elogiar ontem, da tribuna, o artigo "Retratos da Crise", de autoria do presidente do Senado, Renan Calheiros, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou o papel do Senado no sentido de dirigir o país a um caminho de paz, oferecendo uma solução para o Brasil sair da crise política. Para Mão Santa, o texto traduz a confiança que o povo tem no Senado, que já evitou guerras civis, ao longo da história.

No artigo, publicado semana passada numa rede de jornais do interior, Renan Calheiros frisa a responsabilidade, a isenção e transparência com que a Casa vem conduzindo as investigações sobre as denúncias de corrupção. Segundo Mão Santa, o presidente do Senado afirma que as denúncias têm arranhado a imagem das instituições, mas lembra que o momento exige que se tenha como referência básica o respeito irrestrito à Constituição. Renan também adverte que a população não vai admitir respostas pela metade.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, que investiga o envolvimento do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz com bingos e campanhas políticas, reúne-se na próxima terça-feira, a partir das 10h, quando vai ouvir Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública, e Sérgio Canozzi, empresário do jogo no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Na quarta-feira (3), a partir das 10h, a CPI vai ouvir os dirigentes da Gtech, multinacional que operava os sistemas de loteria da Caixa Econômica Federal: Antônio Carlos Lino da Rocha, ex-presidente; Marcelo José Rovai, ex-diretor; e Enrico Gianelli, advogado da Gtech Brasil.

O depoimento do jornalista Mino Pedrosa, ex-assessor de Carlos Cachoeira, está marcado para a próxima quinta-feira, a



COMANDO CPI dos Bingos, que inicia tomada de depoimentos na terça-feira, é presidida por Efraim Morais e tem Garibaldi Alves como relator

partir das 10h. Após seu depoimento, a CPI vai ouvir também Rogério Tadeu Buratti, citado pela Gtech como consultor indicado por Waldomiro, e José Luiz do Amaral Quintães, ex-assessor da Caixa e consultor da Loterj na época em que Waldomiro Diniz dirigia a empresa.

Crivella dá por encerrado o caso do dinheiro em malas

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) afirmou ontem, em discurso no Plenário, que dava por encerrado o episódio que envolveu a apreensão pela Polícia Federal, em Brasília, de R\$ 10 milhões, em poder de dirigentes da Igreja Universal do Reino de Deus. Ele ressaltou que o dinheiro retido, como já havia informado na semana passada, era fruto de ofertas dos fiéis da igreja.

– É doloroso reconhecer que notícias precipitadas veiculadas por alguns jornais tenham confundido parte da opinião pública e que os recursos apreendidos pela Polícia Federal, que pertencem legalmente à Igreja Universal, tenham se misturado às recentes denúncias de corrupção, pagamento de "mensalão" ou até "dinheiro na cueca" – protestou o parlamentar, que também é bispo e um dos dirigentes da

Universal.

Crivella disse que todo o problema poderia ter sido resolvido de imediato caso a Polícia Federal tivesse aceito as suas ponderações no ato da apreensão do dinheiro, de que os recursos eram oriundos de doações de fiéis e que estavam sendo transportados em um avião para São Paulo, onde a direção da igreja centraliza sua administração e efetua todos os pagamentos, como de pessoal e aluguéis de templos.

O parlamentar justificou o transporte dos R\$ 10 milhões em um avião particular com o argumento de que é muito difícil os bancos aceitarem grandes depósitos em "dinheiro miúdo" – cédulas de R\$ 5 e R\$ 10, e que as transportadoras de valores terrestres cobriam altas quantias.

Marcelo Crivella apresentou requerimento à Mesa do Se-

Só na semana seguinte, dia 11, será tomado o depoimento de Waldomiro Diniz, o mais aguardado da comissão.

A CPI dos Bingos é presidida pelo senador Efraim Morais (PFL-PB) e tem como relator o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN).



EMPECILHO Crivella diz que é muito difícil os bancos aceitarem grandes depósitos em "dinheiro miúdo"

nado solicitando ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, informações sobre a existência ou não de notas falsas ou seriadas no montante apreendido pela Polícia Federal, e que se encontra depositado na Caixa Econômica Federal.

O senador, que preside a CPI da Emigração Ilegal, também condenou o "brutal assassinato" do brasileiro Jean Charles de Menezes, morto pela polícia londrina com oito tiros. E pediu a transcrição nos Anais da Casa de artigo seu intitulado "Tragédia em Londres".



GUERRA Para Suassuna, burocracia é mal maior do país e deve ser combatida de forma permanente

Suassuna sugere secretaria contra burocratização

A criação de uma secretaria especial para combater a burocratização foi sugerida pelo líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB). Segundo ele, apesar de outros governos terem criado institutos para desburocratizar o país, o problema é recorrente e deve ser permanentemente tratado.

– A burocracia deve ser combatida permanentemente, como a gordura no ser humano – afirmou.

O parlamentar disse também, ao citar o filósofo francês René Descartes, que a grande crise pela qual passa o país é composta de pequenos problemas. Segundo ele, para resolver os problemas maiores, deve-se trabalhar os pequenos – como questões relacionadas à saúde, educação, segurança, estradas e corrupção. No entanto, destacou, o principal é a burocracia.

– É hora de o presidente arregaçar a mangas e trabalhar, se mobilizar e cobrar dos ministros o combate à burocracia e à corrupção – observou.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) salientou que a burocracia induz à corrupção e que é necessário um processo de desburocratização aliado à reforma administrativa.

– Porque, se as coisas não andam, vem o pagamento de propina para o desenrolar das ações. O país está lento demais num momento em que estamos vivendo uma vida supersônica. O país precisa de velocidade e dinamismo. Que país é este, para onde vamos? Se não se colocar o país para andar, ficará cada vez mais difícil – argumentou Maguito.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o líder Ney Suassuna está com comportamento muito moderado e disse que vai sugerir a criação de um PMDB autêntico, como o que redemocratizou o país.



Reflexos da crise política na economia são analisados por Aloizio Mercadante e José Agripino; Arthur Virgílio diz que Eduardo Azeredo deve comparecer à CPI dos Correios para explicar denúncias que envolvem as eleições de 1998

Para Agripino, líderes do PT agravam crise

O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou ontem que a estabilidade econômica já está sendo afetada pela atual crise política e pelas denúncias de corrupção que atingem o governo. Segundo o senador, a aquisição de títulos da dívida externa brasileira vem sofrendo restrições, e o mercado financeiro estaria inquieto em decorrência de declarações de lideranças do PT, que estariam estimulando o confronto de classes.

– A crise está atingindo a economia, mas não é por causa da oposição, que jamais defendeu o *impeachment* do presidente da República. A crise está atingindo a economia por causa da inabilidade do governo e por declarações irresponsáveis que pregam o confronto de classes.

De acordo com José Agripino, as denúncias de corrupção devem ser apuradas de forma



AVALIAÇÃO "A crise está atingindo a economia por causa da inabilidade do governo", observa Agripino

equilibrada, para que todos os envolvidos no recebimento de propinas e benefícios irregulares possam ser julgados pela Justiça e pela sociedade.

O parlamentar comentou ainda entrevista de dom Paulo Evaristo Arns, publicada na edição do dia 25 de junho no jornal *Diário de São Paulo*, na qual o religioso teria afirmado estar convencido de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabia da ocorrência do pagamento indevido de benefícios a parlamentares que votassem favoravelmente ao governo. O caso ficou conhecido como "mensalão".



COBRANÇA Arthur Virgílio diz que o PT deve explicar o caso Santo André e negócios do filho de Lula

Arthur Virgílio sugere que Azeredo vá à CPI

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu que o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) compareça à CPI dos Correios para responder às acusações de que o mesmo esquema montado pelo empresário Marcos Valério com o PT teria sido utilizado na campanha do PSDB em Minas Gerais, em 1998.

Virgílio disse que o comparecimento de Eduardo Azeredo à

CPI dos Correios retiraria dos parlamentares do PT, acusados de envolvimento em irregularidades, a capacidade de manobra política para evitar o comparecimento à CPI. Para Virgílio, os esquemas do PT e do PSDB não são comparáveis.

Virgílio citou nota do PSDB em que Azeredo afirma que "ligar operações feitas entre agência de publicidade e instituição financeira, sem participação do então candidato ou do partido, são tentativas condenáveis de desviar o foco da investigação de denúncias envolvendo o governo federal e os partidos aliados".

O senador observou que o deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG) não deve ser relator da CPI do Mensalão e que o PFL deve decidir o que fazer em relação a Roberto Brant (PFL-MG), que admitiu ter feito saques em conta da agência SMP&B. Para Virgílio, o PT deve explicar o caso Santo André (em que o ex-prefeito desse partido, Celso Daniel, foi assassinado) e os negócios da Telemar com a empresa do filho de Lula.

Mercadante: fundamentos da economia são estáveis

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse ontem que não há motivo para os investidores internacionais se preocuparem com a crise política brasileira, pois, segundo ele, os fundamentos econômicos do Brasil são estáveis. Mercadante mencionou que ações de investidores estrangeiros podem trazer como conseqüências a saída precipitada de capital estrangeiro, a desvalorização abrupta do dólar e a queda brusca da bolsa de valores.

Mercadante informou que, neste semestre, o país teve um superávit de transações correntes de US\$ 5,5 bilhões – o que significa aumento de reservas cambiais e desendividamento externo do Brasil – e que 2005 deve ser fechado com reservas superiores a US\$ 42 bilhões.

O líder salientou que todas as denúncias de corrupção devem ser apuradas e que os



POSTURA Segundo Aloizio Mercadante, todas as denúncias de corrupção devem ser apuradas

culpados devem ser punidos. No entanto, destacou ele, não deve haver prejulgamentos partidários ou "linchamento público de membros do governo com motivação eleitoral imediatista" antes da conclusão das investigações da CPI dos Correios. O parlamentar citou reportagem publicada no jornal *O Globo* de ontem relatando

Senador propõe que CPI investigue PSDB

O senador Aloizio Mercadante pediu à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios que investigue, com rigor, todas as denúncias que pesam sobre os membros do PT em relação ao recebimento do chamado "mensalão" e ao uso de dinheiro não declarado para financiamento de campanhas políticas. Ele ressaltou que a comissão deve aprofundar, também, o exame de esquemas semelhantes colocados em prática por outros partidos políticos, como o PSDB.

Mercadante fez o apelo ao comentar matéria de capa publicada ontem pelo jornal *O Globo*. De acordo com a reportagem, o publicitário Marcos Valério já havia feito em 1988, com a coligação do então governador de Minas Gerais – atual senador Eduardo Azeredo (PSDB), candidato à reeleição – o mesmo tipo de triangulação repetido em 2003 com o PT no chamado esquema "mensalão" e que envolveu

R\$ 11,7 milhões.

As denúncias, conforme avaliou Aloizio Mercadante, mostram que não é de hoje que existe uma espécie de padrão para se obter empréstimo bancário triangular – envolvendo bancos, candidatos e empresas de publicidade – com um detalhe que considera grave: o dinheiro não é declarado.

O líder do governo espera que as denúncias publicadas por *O Globo*, a exemplo das relacionadas a membros do seu partido, sejam investigadas e esclarecidas "do a quem doer". Mas estranhou que somente agora, depois de decorridos mais de 50 dias da publicação das primeiras denúncias envolvendo pagamento de "mensalão" e empréstimos triangulares ligados a candidatos do PT, as denúncias contra membros de outros partidos comecem a aparecer. E indagou: "Será que o PSDB não sabia disso?"

O senador criticou os que comparam o governo do presi-

que campanhas políticas do PSDB e do PFL em 1998, em Minas Gerais, teriam utilizado o mesmo esquema do chamado "mensalão", beneficiando cerca de 70 políticos, entre deputados federais e estaduais e prefeitos.

– Não acho que a melhor solução seja o argumento de que temos caixa dois e atire a primeira pedra quem não tiver. A melhor atitude é que tudo seja apurado e sejam tomadas as providências cabíveis.

Eduardo Suplicy (PT-SP), respondendo a indagação de Mercadante, afirmou que, como membro da direção do PT, nunca ouviu qualquer informação sobre empréstimos ao partido. Suplicy ressaltou que o deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), em razão da matéria de *O Globo* (que envolve seu filho, Paulo Abi-Ackel), deve se declarar impedido de continuar na relatoria da CPI do Mensalão.

dente Lula ao do presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

– Qual decisão adotada pelo governo tem sido chavista? Todas as instituições estão apurando as denúncias com argumentos, racionalidades e precauções.

Defesa

Em resposta, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu o comparecimento espontâneo de Eduardo Azeredo à CPI dos Correios para que esclareça todas as denúncias. Dessa maneira, observou, outros parlamentares, a exemplo do deputado José Dirceu, deverão também ir à comissão "e falar tudo o que sabem sobre o 'mensalão' e outros tipos de corrupção dentro do governo".

Sérgio Guerra (PSDB-PE), em aparte, estranhou que o governo tente comparar o escândalo do PT, de caráter nacional, com as denúncias envolvendo Eduardo Azeredo, restritas à esfera estadual. Mas defendeu a apuração das denúncias.



Tebet afirma que renúncia de acusados diminuiria trabalho das CPIs; Eduardo Azeredo diz que não utilizou esquema de empréstimo em sua reeleição a governador; ACM apóia senador mineiro; Maguito cobra mudanças no sistema político

Azeredo repele notícia que o associa a empréstimo

O presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), manifestou indignação com reportagem do jornal *O Globo*, em que seu nome é associado a empréstimo no valor de R\$ 11,7 milhões, obtido pela DNA Propaganda, do empresário Marcos Valério, junto ao Banco Rural, em 1998. De acordo com a matéria, a empresa deu, como garantia, créditos decorrentes de contratos com as secretarias de Governo e de Comunicações de Minas Gerais, estado à época governado por Azeredo, que tentava a reeleição.

O senador disse que não admite paralelo entre as "questões graves" que estão sendo investigadas pelas CPIs e as campanhas de seu partido. Ele acredita que isso esteja sendo feito para desviar o foco de investigação, e re-



Fotos: Moreira Mariz

ISENÇÃO Eduardo Azeredo não aceita paralelo entre as denúncias contra o PT e as campanhas do PSDB

chaçou o que chamou de "abraço de afogado" e de "montagem para atemorizar o PSDB".

– Não tenho nada com isso, minha campanha de 1998 foi aprovada pelo TRE e estava dentro dos padrões brasileiros, com gastos de R\$ 8,5 milhões.

Não avalizei nenhum empréstimo que qualquer empresa tenha retirado, essa informação não era do meu conhecimento – explicou.

Azeredo informou ter feito campanha por todo o estado e que, para assessorá-lo, havia uma comissão coordenadora responsável pela movimentação financeira.

– Não há semelhança entre o que está sendo investigado com relação ao PT e aos partidos da base do governo. Não há lista para entregar dinheiro a ninguém. O que houve foi o pagamento de despesas em uma cidade ou outra, de carreatas, para arregimentação de carreiros, entre outras – salientou Azeredo, que recebeu apoio de Mão Santa (PMDB-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Antonio Carlos atribui informação ao PT

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que teria sido favorecido, em sua campanha a governador de Minas Gerais em 1998, por um esquema semelhante ao montado por Marcos Valério a fim de obter recursos para o PT. Para o senador, as acusações, que considerou levianas, devem ser atribuídas ao PT. A seu ver, elas objetivam confundir a opinião pública em relação às denúncias contra o Partido dos Trabalhadores que estão sendo apuradas pelo Congresso.

O parlamentar evocou a tradição política da família de



TENTATIVA ACM diz que objetivo é confundir sociedade com relação aos fatos em apuração

Azeredo para sustentar a probidade do senador por Minas Gerais, lembrando que seu pai, Renato Azeredo, exerceu oito mandatos de deputado

estadual e federal, além de ter trabalhado com Juscelino Kubitschek na implantação do governo federal em Brasília, sem ter seu nome maculado por denúncias de corrupção, conforme assegurou.

Segundo noticiário do jornal *O Globo* de ontem, citado em Plenário pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o PSDB de Minas Gerais e Eduardo Azeredo teriam mantido algum tipo de ligação com o publicitário Marcos Valério visando conseguir empréstimos irregulares para a campanha de Azeredo ao governo do estado em 1998.



PUNIÇÃO Ramez Tebet afirma que leis existentes são eficazes para combater a corrupção

Tebet recomenda renúncia dos que forem culpados

Muitos políticos envolvidos em denúncias de corrupção "deveriam reduzir o trabalho das comissões parlamentares de inquérito renunciando imediatamente ao seu mandato, porque não têm mais condições de representar a sociedade e o povo que neles confiou", disse ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Segundo Tebet, a solução para o problema que atinge o país "está nas leis que já existem, e que precisam ser realmente aplicadas, conforme os fatos forem se sucedendo". Ele observou que o Congresso nunca funcionou, como agora, com três comissões parlamentares de inquérito investigando o mesmo tema: corrupção.

– Não adianta, por exemplo, anteciparmos as eleições se os atores forem os mesmos. Antecipar eleições ou prorrogá-las seria a permanência de tantos quantos aí estão, e que a sociedade já está exigindo ou que renunciem imediatamente ou que sejam punidos, e que as CPIs caminhem cada vez mais céleres, como realmente elas

estão trabalhando, no sentido de impedir a impunidade e fazer a verdadeira faxina, a verdadeira limpeza que a sociedade brasileira está exigindo.

Reforma política

Para Tebet, a proposta de reforma política aprovada na Câmara é um retrocesso, pois garantiria aos atuais deputados prioridade nas listas de candidatos nas próximas eleições. O parlamentar discorda da tese de que o financiamento público de campanha acabaria com a corrupção.

Em aparte, Marcelo Crivella (PL-RJ) apoiou a proposta de Tebet de que os culpados de corrupção deveriam renunciar aos seus cargos e mandatos para poupar o Congresso do trabalho de investigação. Crivella elogiou o orador por não incluir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lista dos que deveriam renunciar. "A certeza que temos de Lula é que é um operário que trabalhou 25 anos para fundação de um partido", disse o senador fluminense.

Também apartando, Mão Santa (PMDB-PI) concordou com Tebet sobre reforma política e sua proposta de que o Congresso concentre-se nas investigações da corrupção.

Já Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que os problemas de corrupção nos governos de Fernando Collor, Fernando Henrique e Lula tiveram origem no financiamento de campanha. "Se não acabarmos com o financiamento privado de campanha, não vamos acabar com a corrupção no Brasil", sustentou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a necessidade de se dedicar, "na medida do possível, os meses de agosto e setembro à reforma política".

Para Maguito, reforma é saída para acabar com corrupção

Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou ontem que a única forma de acabar com a corrupção no país é promover logo a reforma política.

– Enquanto não for feita a reforma política que o país necessita, nós vamos continuar convivendo com a corrupção – salientou.

Maguito frisou que a reforma política vai reduzir, por exemplo, o troca-troca de partidos, que classificou como "uma indecência", já que muitos dos que trocam de agremiação o fazem para levar vantagem.

A reforma coibiria também a "gastança desmesurada" durante as campanhas.

– Ninguém dá conta de fazer campanha política neste país. É aí que vêm aqueles que investem, os banqueiros, os industriais, que depois exigem um retorno muito maior. Campanha política vai ter que ser feita com as idéias dos candidatos.

Maguito comentou artigo

do procurador eleitoral do estado de Goiás, Hélio Taylor Correia Filho, publicado no jornal *O Popular*. No texto, o procurador trata da necessidade urgente da realização da reforma política no país, afirmando que o atual momento de crise é ideal para promover mudanças.



RIGOR Maguito Vilela acredita que mudanças vão coibir o "troca-troca de partido"



Alguns dos principais projetos aprovados no primeiro semestre pela Comissão de Assuntos Sociais visam garantir maiores cuidados com a saúde do trabalhador; a redução das desigualdades foi o alvo da Comissão de Desenvolvimento Regional

Recriação da Sudene, o principal tema da CDR

O projeto de recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi o principal tema debatido no primeiro semestre deste ano pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), criada no final de 2004 por sugestão do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e instalada em fevereiro deste ano.

O colegiado é presidido pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e conta com 17 membros titulares e igual número de suplentes. Projeto de resolução do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) acrescentou o turismo aos temas a serem debatidos pela comissão, que inicialmente iria tratar apenas

do desenvolvimento regional.

O projeto de recriação da Sudene (PLC 59/04) é um pleito da bancada nordestina. A autarquia foi extinta no governo passado e recriada pelo presidente Lula. Na avaliação do senador Tasso Jereissati, a comissão é o foro adequado para debater as questões regionais e apontar soluções para a redução das desigualdades verificadas entre os estados da Federação.

– Temas como os incentivos fiscais, medidas de estímulo ao investimento em regiões mais pobres, as agências de desenvolvimento, o direcionamento de recursos orçamentários em atendimento aos índices sociais, a melhoria da infraestrutura como forma de atração

de investimentos e as questões emergenciais de atendimento à pobreza e combate à miséria deverão ser objeto de análise da comissão, onde aflorarão os conflitos inerentes ao pacto federativo – explicou Tasso Jereissati.

Com a participação de ministros, autoridades governamentais e especialistas, a comissão realizou audiências para discutir a política industrial e seus efeitos regionais, os programas de desenvolvimento regional e de turismo para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o desenvolvimento sustentável na Amazônia, a crise no setor aéreo e o projeto de lei que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Célio Azeredo



LIMITE A CAS aprova 15 projetos até junho, entre os quais o substitutivo que fixa em 30 quilos o peso máximo que pode ser removido por trabalhadores

Saúde é alvo de importantes projetos aprovados pela CAS

O cuidado com a saúde da população foi tema de destaque entre os 15 projetos aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no primeiro semestre deste ano, em decisão terminativa, com encaminhamento direto para exame na Câmara dos Deputados.

Exemplo de preocupação com a saúde do trabalhador, o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao Projeto de Lei 19/03, de autoria de Marcelo Crivella (PL-RJ), fixou em 30 quilos o peso máximo que poderá ser removido individualmente pelo empregado. A proposta altera o artigo 198 da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT).

A inclusão da equoterapia como forma de tratamento mé-

dico no âmbito do SUS também foi aprovada pela comissão, acolhendo proposta (PLS 456/03) de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). A equoterapia é uma modalidade de fisioterapia que utiliza técnicas de equitação como terapêutica auxiliar na reabilitação física e psicológica.

Outro projeto (PLS 512/03, de Jonas Pinheiro (PFL-MT), torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol, equipados ou não com lentes de correção visual. A comissão aprovou ainda o PLS 24/04, do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que obriga as indústrias farmacêuticas a imprimir bulas de medicamentos com letras em dimensões que facilitem a leitura.

Audiências também destacam assuntos da agenda setorial

A maior parte das audiências públicas realizadas pela CAS – assim como ocorreu com os projetos de lei aprovados – tratou de temas relacionados à saúde. O então ministro da Saúde Humberto Costa, atendendo a requerimento dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), compareceu duas vezes à comissão para prestar esclarecimentos sobre problemas no abastecimento de medicamentos contra a Aids e também sobre a crise no sistema de saúde no Rio de Janeiro. O ministro explicou ainda a aplicação de recursos

em programas de saúde sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Patrícia Saboya Gomes (sem partido-CE) são, respectivamente, presidente e vice-presidente da CAS. No âmbito da comissão, funcionam três subcomissões – do Trabalho e Previdência, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS); da Pessoa com Deficiência, que tem o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) como presidente; e de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) na presidência.

José Cruz



OBJETIVO Comissão presidida por Tasso Jereissati busca formas de reduzir as desigualdades regionais

Sonho de transformações importantes

De um lado, a tensão social agravada por longo período de estiagem. De outro, a revolução cubana assustando a elite brasileira, preocupada com a possibilidade de sua chegada ao Nordeste. Foi nesse contexto que o governo JK criou a Sudene, no fim de 1959. O surgimento da autarquia foi saudado pelas forças políticas que queriam ver promovidas transformações importantes na região e no país.

O período autoritário iniciado em 1964 amorteceu a proposta reformista da Sudene. Em compensação, os governos militares instituíram mecanismos de estímulo ao desenvolvimento regional, que coincidem com um período de crescimento econômico.

Mas a crise que interrompeu esse ciclo de crescimento, no início dos anos 80, atingiu o setor público, e autarquias como a Sudene foram esvaziadas.

Em 43 anos de atuação, a Sudene não cumpriu sua finalidade de promover o desenvolvimento social do Nordeste. De acordo com estudo do Ministério da Integração Nacional, os indicadores sociais mostram pouca evolução nessa área.

– Apesar de esses índices serem, hoje, melhores do que na década de 60, o Nordeste continua a se destacar negativamente no mapa da questão social – diz o documento.